

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Ações educativas em arquivos: o caso do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Ivana D. Parrela*

Resumo: Este texto aborda algumas possibilidades de ações educativas em arquivos, especialmente os arquivos municipais. Apresentam-se como exemplos algumas estratégias desenvolvidas pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) em seus quinze anos de existência, ilustradas com alguns materiais produzidos no período delimitado para a abordagem e uma breve discussão dos resultados obtidos. Dentre as instituições arquivísticas, os órgãos municipais são aqueles que têm maior chance de aproximação com o público escolar, o qual se configura como um excelente divulgador dos seus acervos e um de seus principais usuários.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivo – Memória - Educação Patrimonial

Introdução

Em 1980, quando da realização do 9º Congresso Internacional de Arquivos, César Belsunce (1980: 86-87), ao tratar dos arquivos, identificou três tipos de uso associadas às instituições dessa natureza: acadêmico, prático e popular. O uso acadêmico estaria relacionado à produção conhecimento científico; o prático, à tomada de decisões; e o popular, que se diferenciaria pelo sujeito, e não pela finalidade da busca, à realização do trabalho de pesquisa pelo homem comum. Para este autor, naquela época, os arquivos estariam aptos a atender somente ao uso acadêmico, o que o teria levado a formular um prognóstico bastante sombrio sobre os arquivos que não conseguissem renovar seus valores de uso e transformar-se em instrumento necessário à administração pública e à sociedade.

No Brasil, é provável que naquele tempo os arquivos nem estivessem em condições de atender satisfatoriamente a esse público, exceto os mais antigos arquivos estaduais e o Arquivo Nacional. Alguns autores, como Marta E. Melgaço Neves (Neves, 1997: 122), avaliam que tais afirmações tiveram grande repercussão em nosso meio

* Doutoranda em História, pela UFMG; e professora da Universidade FUMEC. Além disso, a autora é funcionária municipal efetiva, licenciada para a conclusão do curso de doutorado. Nos últimos doze anos, exerceu várias atividades no APCBH: Assessora Municipal III, Fundação Municipal de Cultura, junto ao APCBH, 2005-2006; diretora do APCBH, 2001-2004; chefe do Serviço de Pesquisa e Informação, 1997-2000; e chefe da Seção Pesquisa, 1995-1997.

arquivístico. Pelo menos no que tange à questão do atendimento à administração e à sociedade, é certo que tal advertência chegou a despertar grande atenção das instituições brasileiras, já que coincide com uma ampla discussão promovida a partir de um seminário sobre “direito à memória”¹, nos anos de 1990, e com as discussões sobre a importância dos arquivos municipais, comuns em vários estados.

Nesse cenário, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte vem, desde a sua criação, em 1991, buscando consolidar-se na vida cultural da cidade, a partir de seus projetos educativos e de difusão, sem deixar de lado o público acadêmico e a administração. Essas preocupações já estavam definidas na própria lei de criação do Arquivo. Pretende-se aqui apresentar os acertos e os erros que ocorreram na área de Educação Patrimonial e discutir essas e outras experiências.

Algumas propostas de Educação Patrimonial do APCBH

Em seus primeiros anos de existência, quando ainda não tinha condições de receber visitas, pelas acanhadas dimensões das duas sedes provisórias iniciais, o APCBH começou por investir na difusão cultural. Desde 1993, no âmbito do projeto “Novos Registros Banco de Teses sobre BH e MG”, promovia palestras mensais, durante o ano letivo, nas quais se alternavam trabalhos acadêmicos sobre o município e sobre o estado, abarcando diversas áreas do conhecimento. Buscava atrair usuários, especialmente professores e pesquisadores, capazes de estabelecer uma ponte com as universidades. Nesse sentido, trouxe para o seu espaço de consultas um banco de teses, publicações que normalmente ficam distantes do usuário comum. Este projeto é ainda hoje considerado uma atividade permanente da Instituição, ocorrendo na última terça-feira de cada mês, no auditório do Museu Histórico Abílio Barreto.

Em seus primeiros anos, as ações educativas do Arquivo voltaram-se para fora do seu espaço. Mediante a realização do projeto, desde 1993, “Arquivo Vivo”, a Instituição ia até às escolas para apresentar o seu acervo e as possibilidades de trabalhos que podia realizar.

A mudança para um espaço maior, em 1996, possibilitou a visita de alunos dos níveis fundamental, médio e superior, procurando-se direcionar o atendimento para os

¹ Em São Paulo, em 1992, foi realizado um grande seminário internacional sobre este tema. Na França, especialmente a partir da discussão sobre os duzentos anos da Revolução Francesa, na década de 1980, expressões como “lugares de memória” traduzem o peso dessas discussões por parte dos historiadores.

interesses de cada grupo. Em 2006, promoveu-se uma nova investida, com a produção de um fôlder para divulgação das possibilidades de trabalho nessa área: aulas de história no Arquivo, visitas monitoradas para os alunos em qualquer etapa de sua formação e visitas técnicas para alunos de cursos superiores interessados em metodologia de tratamento dos acervos e ou técnicos de outras instituições. No ano de 2006, o Arquivo recebeu 234 alunos em visitas monitoradas e 413 em visitas técnicas. Em 2007, até o mês de abril, já foram atendidos 142 alunos em visitas monitoradas e 58 em visitas técnicas.

Desde 1996, Passou a investir também em materiais didáticos. Em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, lançou o kit pedagógico “Belo Horizonte – Imagem e Memória”, composto por cinquenta slides e uma cartilha. Das imagens selecionadas, 35 são em preto em branco, abrangendo o período da construção da cidade até a década de 1980, e 15, em cores, referem-se àquele ano, em que se procurou apresentar as principais mudanças da área planejada da cidade cem anos depois. Com uma tiragem de duzentos exemplares, a distribuição ficou restrita às escolas municipais, a cargo da Secretaria de Educação.

Na ocasião, representantes do Arquivo participaram de três oficinas promovidas para professores sobre o material. A receptividade foi considerada excelente. Em 1997, ano da comemoração do primeiro centenário da cidade, diversas escolas que, provavelmente, haviam sido atendidas começaram a demandar o material. A equipe do Arquivo concluiu então que o slide não era o melhor suporte, pela inexistência de projetores em todas as escolas, e que a forma de distribuição também não havia sido a mais eficaz. Como os kits foram enviados para as diretoras das escolas, a maioria delas entendeu que fosse um “brinde”, levando-os para casa.

As fotos antigas continuavam a ser, naquele momento, o acervo mais solicitado por professores e alunos. Buscando atender a essas demandas, como parte das comemorações do centenário de Belo Horizonte e do sexto aniversário do APCBH, inaugurou-se na sede do Arquivo, em maio de 1997, a exposição “Momentos de uma Capital Centenária”. Essa iniciativa, com documentos em diversos suportes, atraiu o público em geral e, principalmente, as escolas de ensino fundamental e médio. Foram constantes as solicitações para levar a exposição às escolas e a lugares públicos, o que possibilitaria uma maior proximidade dos alunos e do cidadão com a história de Belo Horizonte.

Uma parceria envolvendo o APCBH, a empresa Compor, a Fundação Mineira de Educação e Cultura, e a Xerox do Brasil viabilizou a transformação da idéia da exposição em

um projeto maior, com o mesmo nome. Foram então produzidos: um kit pedagógico, uma exposição itinerante e a reedição de uma obra do acervo do Arquivo - um álbum de 1895, com vistas do arraial que foi demolido para dar espaço à nova capital, com tiragem de mil exemplares e distribuição entre os usuários do Arquivo.

A partir da exposição original, foram selecionadas trinta imagens da cidade, desde a construção até 1996, e textos de diversos autores para o kit pedagógico, composto por cartazes em formato A3 e uma cartilha de orientação para os professores. O material, com uma tiragem de quinhentos exemplares, foi distribuído para escolas públicas dos níveis fundamental e médio, universidades e outras instituições educacionais. Dessa vez, enviou-se correspondência à Supervisão da instituição esclarecendo que o kit seria entregue a um representante da escola mediante devolução do recibo, enviado anexo à correspondência, carimbado e assinado pela Direção.

Na Exposição Itinerante, 21 cartazes do kit foram reproduzidos no formato 1 x 0,9 m. Esses *banners* percorreram diversos espaços públicos de Belo Horizonte, desde o seu lançamento, em dezembro de 1997, até dezembro de 1998. Em 1999, a exposição fez um circuito de bibliotecas estaduais, no interior do Estado.

Desde a mudança para a sede atual, tem sido uma preocupação constante do Arquivo a montagem de pequenas exposições de documentos voltadas para os usuários em geral. Dentre essas, a que obteve maior sucesso de público foi a mostra dedicada à moda no acervo do Arquivo.

Em 2000, foi realizada a primeira exposição totalmente voltada para as crianças, tendo como tema o acervo do pesquisador Nelson de Senna, um dos primeiros acervos pessoais a serem doados ao Arquivo, o qual foi organizado naquele ano, amparado por um projeto patrocinado pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura. Além da exposição, foi produzido um caderno de brincadeiras, ambos como estratégias de difusão do instrumento de pesquisa.

Com a implantação de uma nova proposta educativa pela Prefeitura de Belo Horizonte, a partir de 1995 – a Escola Plural – e uma maior ênfase no estudo da história local, constatou-se o crescimento do número de usuários estudantes de ensino fundamental, o que se intensificou com a adoção dos Novos Parâmetros Curriculares, em 1998, nas redes de ensino particular e estadual.

Em 1999, constatou-se que 60% dos usuários do Arquivo eram crianças e adolescentes. Desses, 50% procuravam a Instituição com a orientação genérica de pesquisar a “história do seu bairro”, 45% desejam a “história da cidade” e apenas 5% tinham um roteiro de pesquisa e perguntas a serem respondidas pelo trabalho no Arquivo.

A observação dessa mudança de público exigiu uma reavaliação do atendimento aos consulentes. Afinal, esse público não procura documentos, mas informações sistematizadas, com linguagem adequada a sua faixa etária e um atendimento diferenciado daquele normalmente prestado aos usuários adultos.

Também se tornou evidente que a maior parte dos professores que encaminhavam seus alunos ao Arquivo, com as demandas citadas acima, não conhecia a Instituição e, em sua maioria, nunca havia feito pesquisas em um arquivo. Para tentar minimizar tal problema, o APCBH propôs, em 2001, às Secretarias de Educação e da Cultura a realização de oficinas com professores, iniciativa que não obteve o apoio necessário na ocasião.

A partir dessa constatação, a opção recaiu novamente na produção de trabalhos que pudessem ser oferecidos aos professores dentro do espaço da escola. Em 1999, começaram os trabalhos para a elaboração de cartilhas sobre a “História de Bairros de Belo Horizonte”, ação que só agora, em 2007-2008, deverá ser publicada, com patrocínios obtidos por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

Em 2002-2003, o Arquivo produziu um vídeo para crianças do primeiro ciclo escolar, reconhecido como a melhor estratégia de Educação Patrimonial pelo Ministério da Cultura em 2004, tendo recebido o prêmio “Rodrigo Melo Franco de Andrade” daquele ano nesta categoria. A partir de sua difusão nas escolas municipais, estaduais e particulares da cidade, o número das visitas ao Arquivo vem crescendo cada vez mais.

Agora, mais uma vez, o APCBH volta-se para os professores. Ainda neste ano, será lançado um caderno com sugestões de trabalhos utilizando o acervo da Instituição e voltarão a ser oferecidas oficinas para pequenos grupos de interessados. Além disso, continua a ampla distribuição de pôsteres sobre a Instituição e as suas propostas de Educação Patrimonial.

Nas comemorações de seus 15 anos, destacaram-se: as novas exposições itinerantes, que visam atender a dois públicos distintos: o produtor do documento e o usuário que transita por órgãos da administração municipal; exposição montada de maio a junho de 2006 na Câmara Municipal sobre o acervo do Legislativo, sob a guarda do Arquivo;

exposição na Bhtrans, empresa responsável pelo o transporte e trânsito, contando um pouco da história do transporte na cidade, por meio do acervo deste órgão da administração indireta e de outros órgãos extintos, de agosto a setembro; e, neste mês, como uma das estratégias de divulgação de um instrumento sobre a Pampulha no Acervo Fazendário do APCBH, foi montada uma exposição no Museu Histórico da cidade.

Considerações finais: os arquivos modernos como lugares da memória?

Os trabalhos de Educação Patrimonial e de difusão cultural tornaram-se fundamentais nesses quinze anos de existência do APCBH para aumentar o número de consultas e a sua própria divulgação, numa cidade em que a palavra *arquivo* é sempre associada ao centenário Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, que completará 110 anos este ano, aparece muitas vezes na documentação municipal como uma cidade sem história, muito jovem, o que talvez explique tanta demora para a criação de uma instituição arquivística de caráter “público” e “da cidade”.

Nesse contexto, vale destacar que Belo Horizonte já teve um outro arquivo², na primeira metade do século passado. Esse órgão, longe das preocupações com o atendimento aos usuários, acabou tendo uma trajetória próxima ao destino apontado por Belsunce. Tornou-se um arquivo morto, tendo boa parte do seu acervo constantemente queimado ou vendido como papel velho. Nos anos de 1960, o que restou dos documentos sobre primeiros anos da cidade ou estava perdido pelas secretarias da administração municipal ou tinha se transformado em bagunça, presente no Arquivo Geral de Processos.

Além dos muitos desafios que cercam as atividades arquivísticas, os arquivos passaram a enfrentar nos últimos anos um dilema em suas políticas de planejamento e de tratamento de acervos que atinge diretamente suas ações de Educação Patrimonial: Como promover cada vez mais o acesso eletrônico às informações contidas em seus documentos? Como preservar fisicamente esses documentos em seus diversos suportes? Como dar conta das migrações de suportes para fugir do fantasma da obsolescência? Tudo isso se soma ao trabalho de realizar o tratamento da grande massa documental produzida em papel, sempre objeto de profundas discussões, além de exigir recursos ainda maiores do que os necessários

² Sobre a trajetória desse arquivo, consultar o artigo “Arquivo, Gestão de Documentos e preservação da memória da cidade” In: Anuário Estatístico 2003. Disponível em: http://portal1.pbh.gov.br/pbh/pgEDOCUMENT_VisualizaConteudo_Header.html?query=pp_conteudo.id=3752. Acesso em 04/05/2007. Trabalho desta autora sobre a trajetória dos órgãos arquivísticos e a importância da Gestão de Documentos para a preservação do acervo da cidade e do próprio APCBH.

aos procedimentos mais tradicionais. Neste contexto, o acesso eletrônico constitui um fetiche que se desenvolve hoje em relação aos arquivos. São comuns perguntas do tipo “Tudo que vocês guardam está na Internet?”, feitas até mesmo por quem não tem computador em casa.

Na realidade, o que tem atizado as nossas preocupações nos últimos anos prende-se, em larga medida, às questões associadas ao arquivo como lugar de memória.³ O deslocamento dos documentos do espaço físico do arquivo para o ambiente de processamento em redes eletrônicas, onde os bancos de dados permitem múltiplos cruzamentos e novas formas de armazenamento das informações, possibilitando que cada cidadão bem aparelhado possa construir seus arquivos virtuais, deixa-nos, às vezes, em dúvida sobre o papel que terá um arquivo moderno. Mas, e os outros, especialmente as crianças e os adolescentes pobres que não têm acesso corriqueiro a esses meios?

Nesta altura, vale lembrar o que diz Andréas Huyssen (Huyssen, 2000: 9-40): “Vivemos um momento de supervalorização da memória”. Esse crescente recurso à memória nacional, regional ou local pode estar associado a uma reação ao processo de globalização e, especialmente, ao crescimento do esquecimento, decorrente da explosão de informações a que estamos expostos. Recorrer à memória, neste sentido, permite-nos "construir uma proteção" contra a obsolescência e o esquecimento, para combater a nossa ansiedade com a velocidade das mudanças em nosso dia-a-dia e, além disso, para nos desvencilhar dos discursos da perda e da nostalgia de um passado melhor para enfrentarmos os novos deslocamentos da sensibilidade provocados pelo encurtamento das experiências de tempo e espaço.

Os arquivos, como lugar de preservação espacial e temporal, poderiam ser responsáveis pelas possíveis saídas para essas sensações de mal-estar com a sobrecarga de informações, embora nos lembre que, muitas vezes, de fato, a ameaça do esquecimento surge da própria tecnologia, à qual confiamos o registro de nosso tempo. Os arquivos permanecem atrelados à sua materialidade, especialmente por não poderem se esquecer do valor probatório de seus acervos, o que, de certa maneira, renova a aura da unicidade e da autenticidade de seus documentos, quase esquecida nessas discussões, e explica a crescente preocupação com a conservação preventiva dos documentos textuais, provavelmente, como uma resposta ao peso da contínua substituição das tecnologias em nossos orçamentos.

Os breves relatos aqui esboçados sobre os projetos do APCBH permitem lembrar que o mais importante a realçar é que eles só foram possíveis a partir do trabalho em parceria com outros órgãos privados e públicos que se debatem com as mesmas preocupações. Essas parcerias permitiram dividir custos e compartilhar conhecimentos e profissionais,

ganhos que podem ser traduzidos em acesso rápido para o usuário ao acervo e à história da cidade que ele guarda e que seduzem, e muito, um público que interessa bem de perto: crianças e adolescentes.

Referências bibliográficas:

BELSUNGE, César A.G. El uso practico de los archivos. In: CONGRES INTERNACIONAL DES ARCHIVES, 9, 1980. London: ANAIS... K.G. Saur Munchen, 1980. p. 86-87.

HUYSSSEN, A. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano: 2000. p.9-40.

NEVES, Marta E. M. *Em busca da organicidade: um estudo do fundo da Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais*. Dissertação (mestrado), Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.